

O LEMBRAR E O ESQUECER: MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *ATÉ QUE AS PEDRAS SE TORNEM MAIS LEVES QUE A ÁGUA*, DE LOBO ANTUNES

REMEMBERING AND FORGETTING: MEMORY AND IDENTITY IN *ATÉ QUE AS PEDRAS SE TORNEM MAIS LEVES QUE A ÁGUA*, BY LOBO ANTUNES

*Pietro Gabriel dos Santos Pacheco*¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3450-7825>.

*Leonardo von Pfeil Rommel*²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6312-1887>.

Resumo: O presente ensaio analisa a representação da memória e da identidade no romance *Até que as pedras se tornem mais leves que a água* (2017), de autoria do escritor português António Lobo Antunes. O romance é constituído sob a tensão entre colonizador e colonizado e entre a dicotomia lembrar e esquecer. A narrativa de António Lobo Antunes aponta o colonialismo português como trauma que fragmenta a identidade e a existência tanto do colonizado, como do colonizador. O romance demonstra que as consequências do imperialismo ainda sobrevivem na sociedade portuguesa contemporânea. A literatura de António Lobo Antunes apresenta-se como discurso de memória que resgata os últimos capítulos do império colonial português.

Palavras-chave: Memória; identidade; colonialismo.

Abstract: This essay analyzes the representation of memory and identity in the novel *Até que as pedras se tornem mais leves que a água* (2017), by the Portuguese writer António Lobo Antunes. The novel is constituted under the tension between colonizer and colonized and between the dichotomy of remembering and forgetting. António Lobo Antunes' narrative points to Portuguese colonialism as a trauma that fragments the identity and existence of both the colonized and the

¹ Professor e mediador de leitura. É mestre em Teoria da Literatura, na área de Literatura, História e Memória, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especializado em Literatura Brasileira pela PUCRS. Licenciado em História pela PUCRS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3450-7825>. E-mail: pietrogpacheco@gmail.com

² Professor. É doutor em Estudos de Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Licenciado em Letras pela UFPEL. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6312-1887>. E-mail: lvpfeil@hotmail.co

colonizar. The novel demonstrates that the consequences of imperialism still survive in contemporary Portuguese society. António Lobo Antunes' literature presents itself as a memory discourse which rescues the last chapters of the Portuguese colonial empire.

Keywords: Memory; identity; colonialism.

O século XX significa, para muitos países europeus, o período de presentificação das maiores potências em África. No caso português, a presença no continente se dá até 1974, com o fim da ditadura, iniciada por Salazar, pela Revolução dos Cravos, momento histórico que possibilitou a independência dos países colonizados colocando um fim para a Guerra Colonial. No caso angolano, isso se deu em onze de novembro de 1975. A partir dessa data, começa a se produzir, nos setores político-sociais, econômicos e, principalmente, culturais, relatos do período que antecede o processo de libertação e que se segue após o êxodo português do território; busca-se, com isso, refletir sobre o ocorrido, problematizar sobre ele e, no caso do último setor mencionado, retratar a vida dos envolvidos e dar voz para eles por meio de narrativas ficcionais que traçam os seus traumas e vivências, tanto sob a perspectiva portuguesa quanto angolana.

A publicação de obras literárias com temáticas da Guerra Colonial e da presença do português anterior às independências das antigas colônias prolifera-se, principalmente pelo sentimento de trauma gerado com a perda do território e o êxodo de um número expressivo de retornados forçados a abandonarem terras que, durante um expressivo período foram tomadas por suas. Para alguns, trabalhar dentro desse tema é buscar no assunto o pano de fundo para rememorar os momentos vivenciados que a maioria prefere esquecer, ou simplesmente considerar um fato vencido. Mas sabemos que as feridas provocadas nesse período permanecem em aberto. No caso português, a perspectiva literária, em grande maioria, se dá com a reprodução memorialística dos retornados e os processos de inserção deles na Metrópole renovada que floresce à luz da democracia.

Um desses escritores é António Lobo Antunes (1942 -), que atuou durante o período colonial como médico militar e trouxe para sua narrativa a presença da Guerra, tanto pela memória quanto pela consequência do conflito na vida de suas personagens. Nos seus primeiros romances, *Memória de Elefante* (1979) e *Os Cus de Judas* (1979), ele já

apresentava protagonistas inseridos dentro do contexto vivido em Angola e, principalmente, trazendo os resquícios e traumas provocados pela guerra colonial.

Sabendo disso, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a obra *Até que as pedras se tornem mais leves que a água* (2017), tendo como perspectiva o estudo da identidade e da memória dentro da narrativa. Trata-se de caminhar sobre o terreno do lembrar e do esquecer e as marcas carregadas por aqueles que presenciaram um dos períodos mais traumáticos da história de Portugal, Angola e das demais antigas colônias portuguesas.

A identidade na literatura pós-colonial

Desde que adquirimos consciência de nossa condição humana, procuramos nos reconhecer como pessoas. Adotar uma identidade e nos tornar parte de determinado grupo social, político e religioso são o motivo dessa busca constante. Dentro disso, o primeiro passo em direção a ela é a identificação. Na literatura esse é um tema bastante recorrente: ouvimos sobre personagens em busca de sua identidade, perdidas, ansiosas em suas dúvidas, capazes de se libertar ou se autoconhecer.

A identidade é fruto de diversas fontes: é composta tanto por elementos impostos por terceiros, quanto por determinadas práticas adotadas voluntariamente por nós. Ela é produtora de sentido e emoção para esse homem fazendo com que ele se enxergue enquanto parte fundamental de um mecanismo maior. Para o teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano, Stuart Hall (2000), longe de ser uma totalidade, tal constitui-se como um processo contínuo.

É algo que cresce durante a jornada. E essa herança adotada abre espaço para a construção da identidade móvel do indivíduo contemporâneo. Ainda em Hall (2015), vemos que:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre sendo “formada” (HALL, 2015, p. 24).

O ajuste completo é meramente ilusório. Ser ou não ser não é se tornar completo,

mas entender quem ou o que se é naquele momento, principalmente através das imposições realizadas desde os primeiros momentos de nossa trajetória. A identidade é construída ao longo da vida, balizada pelas ações e pelo meio onde o homem está inserido. Ser ou não ser é a prova de que o indivíduo nunca está pronto e o processo nunca será terminado. O professor e precursor dos estudos sobre identidade dentro da Psicologia social no Brasil, Antônio da Costa Ciampa (1984), apresenta o conceito de identidade enquanto metamorfose resultante da união entre a história individual e a coletiva, o período histórico e os jogos de poder. Pelo caráter maleável dos fatos no decorrer dos tempos, a identidade, na teoria do autor, está em constante transformação. Para ele:

[...] cada instante da minha existência como indivíduo é um momento de minha concretização em que sou negado, sendo determinado; assim, eu existo como negação de mim-mesmo, ao mesmo tempo em que o que estou-sendo sou eu mesmo (CIAMPA, 1984, p. 68-69).

As formas que constituem essa estruturação pessoal e social levam determinados grupos étnicos a produções identitárias únicas. É uma aceitação e uma negação de si mesmo, um processo aberto a alterações, modificações e transformações. Sabendo disso, Ciampa (1984) propõe que a identidade é uma resposta a cada momento, logo ela nunca está pronta ou acabada. É um processo contínuo. O ser ou não ser se faz presente, mais uma vez. Talvez essa seja uma metáfora importante para compreender os processos de identidade e de identificação.

Eles ocorrem tanto pela presença narrativa e transformadora do outro, quanto pela situação. Quando falamos de *outro*, estamos trazendo para a discussão os agentes primários (por exemplo, os familiares e suas bagagens culturais, políticas e ideológicas) e aqueles que exercem poder (um empregador, um ditador, uma nação que subjuga a outra).

A questão da identidade assume uma posição central nos estudos pós-coloniais. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2010), o pós-colonialismo refere-se ao conjunto de práticas e de discursos responsáveis por desconstruir a narrativa colonial, elaborada tradicionalmente a partir do ponto de vista opressivo do colonizador.

Ainda segundo Santos (2010, p. 234), “O pós-colonialismo [...] contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais”, sendo responsável, numa perspectiva culturalista, onde se associam os estudos culturais, linguísticos e literários, por

desconstruir e reler as práticas performativas, os sistemas de representação e os processos identitários ligados ao colonialismo e ao processo de transição entre o tempo imperial/pós-imperial. O pós-colonialismo revela, assim, novas formas de abordagem da História, numa perspectiva que busca acessar os discursos provenientes das margens sociais.

Hall (2003, p. 107), ao se referir ao termo pós-colonial, afirma que o conceito descreve e caracteriza a mudança ocorrida nas relações globais “que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização”. Entende-se, assim, que o pós-colonialismo é responsável por assinalar um período de transição histórica e social, marcado por severas rupturas no âmbito político e cultural das nações envolvidas.

O “pós-colonial” sinaliza a proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras do pós-Iluminismo eurocêntrico, a multiplicidade de conexões culturais laterais e descentradas, os movimentos e migrações que compõe hoje o mundo, frequentemente se contornando os antigos centros metropolitanos. (HALL, 2003, p. 111).

Ribeiro (2004) comenta que os estudos pós-coloniais buscam elaborar uma revisão crítica da história imperial, problematizando e desconstruindo, mediante a representação de sujeitos marginalizados, a memória colonial escrita pela mão do colonizador. A literatura pós-colonial surge como uma necessidade de confrontação do presente com o passado, oferecendo novas possibilidades de interpretação de trajetórias e experiências históricas antes homogeneizadas e subjugadas pelo imperialismo.

O pós-colonialismo surge de um sentimento de necessidade de elaborar uma revisão crítica de entendimento da história colonial, dando voz àqueles que a sofreram ou, por outras palavras, registrando, problematizando e desconstruindo a memória da história colonial escrita pelo colonizador, ao confrontá-la com outras memórias desta história aparentemente comum. (RIBEIRO, 2004, p. 17).

Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (2003) apontam que os estudos pós-coloniais são responsáveis por desenvolver novas linhas de reflexão e interpretação do mundo como um sistema global, especialmente ao questionarem ideias muito difundidas no século XIX que, por exemplo, faziam coincidir as noções de desenvolvimento e bem-estar com uma gradual ocidentalização do planeta. Os estudos pós-coloniais, segundo as autoras,

reabilitam conceitos identitários, como o hibridismo, a miscigenação e a mestiçagem, antes associados a um viés negativo na visão dos colonizadores, que viam nas tentativas de defesa de suas identidades, por parte dos oprimidos, uma espécie de afronta ao sistema culturalmente dominante.

Definindo o mundo pós-colonial como híbrido, fragmentário e diverso, os estudos pós-coloniais anunciaram incondicionalmente um tempo de trânsito entre o imperialismo/colonialismo e o pós-imperialismo/pós-colonialismo e proporcionaram a definição plural de um processo e de uma condição global de onde emergem a multiplicidade de histórias e de perspectivas que hoje nos explicam e imaginam. (RIBEIRO; FERREIRA, 2003, p. 15).

Repensar as relações de poder entre colonizador e colonizado trata-se de um exercício constante na literatura e na arte que tematizam o colonialismo. A literatura portuguesa contemporânea que problematiza a experiência histórica do imperialismo português na África busca constantemente reler o passado, reescrevendo a história através da visão dos sujeitos excluídos e marginalizados.

A escrita de António Lobo Antunes destaca-se no cenário contemporâneo pois, a partir do discurso literário, o autor aborda as marcas profundas que o tempo imperial deixou na identidade do povo português e africano. Através de narrativas e personagens híbridos e fragmentários, os romances de Lobo Antunes apresentam o avesso do império português e evidenciam as tensões nascidas da relação entre Portugal, colonizador e representante do Ocidente e África, o *outro* colonizado.

Em *Até que as pedras se tornem mais leves que a água* (2017), um de seus últimos romances publicados, temos novamente a Guerra Colonial servindo de pano de fundo para a construção do universo ficcional que envolve um pai e um filho. Ambos estão ligados pelo sangue, não de modo genético, mas sim a partir de um episódio brutal e da consequência dele: a morte dos dois dentro de um ritual tradicional conhecido como a matança de porcos. A concepção narrativa enquadra-se, nas palavras do professor e pesquisador Paulo Ricardo Kralik Angelini (2018), em uma arquitetura antuniana, onde: “dois narradores principais, autodiegéticos, revezam-se numa rememoração que apresenta tempos e espaços sobrepostos” (p. 98).

Via fluxo de consciência, outra técnica recorrente adotada pelo autor, as duas

personagens vão reconstruindo sua trajetória, oscilando entre a memória e o trauma de um período bastante recente nas histórias portuguesa e angolana. Trata-se de um mesmo fantasma, confrontado sob diferentes perspectivas.

Para falar da teoria de fluxo de consciência, recorremos ao teórico americano Robert Humphrey (1954), que define o fluxo de consciência como “um tipo de ficção no qual a ênfase básica está na exploração dos níveis de consciência pré-discursivos, com o propósito, principalmente, de revelar o ser psíquico dos personagens” (p. 4). O foco maior se dá no consciente e no subconsciente, nas memórias e nos discursos ouvidos, ditos, reproduzidos e, constantemente, reavaliados conforme a expansão da ciência dos fatos pelas personagens. Como consequência, as frases, muitas vezes, não assumem pontuação, porque existem discursos que nunca são terminados e outros que são interrompidos. E os silêncios dizem muito.

Na poética antuniana, conforme Catarina Warrot (2013), os silêncios são visíveis e fazem parte da arquitetura romanesca, lançando sob a trama das narrativas uma atmosfera de dúvida, incerteza e indecisão. Os romances de Lobo Antunes estão repletos de silêncios recheados de significados. Em *Até que as pedras se tornem mais leves que a água*, cuja trama desenrola-se a partir de uma espécie de disputa discursiva entre a figura do pai, colonizador, e do *filho preto*, colonizado, o silêncio e as palavras cortadas e interrompidas sinalizam a disputa de narrativas e a tensão entre os dois posicionamentos ambíguos.

Ainda de acordo com Warrot (2013, p. 224), “as criações romanescas de António Lobo Antunes apresentam (...) uma construção enunciativa que se baseia numa multiplicidade de vozes que se sucedem, alternam ou que se misturam e imbricam”, pulverizando, assim, o foco narrativo tradicional.

Ao invés de optar por uma autoridade narrativa tradicional, o autor recorre a constelações de vozes cujas intervenções narrativas progressivamente se intensificam, interseccionando-se e misturando-se por vezes de forma (propositadamente?) indecível, ou quase indecível, e, por consequência, dando azo a diferentes leituras (...) (ARNAUT, 2011, p. 76).

Sobre a obra literária em análise, temos um pai branco, ex-alfere português que, após saquear e queimar uma aldeia, matando seus habitantes, observa um miúdo ainda vivo. Em um excesso de culpa, raiva ou, como descobrimos posteriormente, solidão, decide pegar a criança e cuidar dela. Esse menino é o “*filho preto*”, personagem objeto de nosso estudo,

que é retirado de sua terra natal e levado para a Metrópole.

A ambiguidade apresentada pelo jogo de vozes da escrita antuniana metaforiza a relação de oposição entre pai e filho, marcada pela dicotomia lembrar e esquecer. Enquanto que o *filho preto* busca, através de fragmentos e restos de memórias de sua infância, reconstruir sua identidade, encontrar o seu lugar enquanto africano exilado pela violência, o pai, português e colonizador, busca esquecer o passado, apaziguar sua culpa.

Os traumas da guerra invadem a consciência do pai, impedindo que descanse, que se livre do passado: “(...) não consigo parar, por mais que tente e palavra de honra que tento, peço-te que acredites em mim, por mais que tente não consigo parar (...)” (ANTUNES, 2017, p. 148). As imagens de morte e destruição fazem parte da vida cotidiana do ex-combatente, o acompanham por toda a sua vida mesmo décadas após o regresso de Angola, como se a guerra não tivesse ainda acabado e a violência tivesse o acompanhado no regresso para Portugal.

Pai e filho vivem assombrados pelo passado. Vivem em uma espécie de entre-lugar, movem-se por um presente contaminado pelas vozes, sons e dores de um passado traumático. Como aponta Pollak (1989, p. 13), “pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de continuidade” de sua própria história pessoal, o que os mantém como reféns do passado.

O pai evita, após o regresso da Guerra Colonial, lembrar os traumas do passado. Ele silencia sobre a violência do colonialismo e sobre as atrocidades cometidas pelos portugueses contra o povo africano. De acordo com a filha, “nasci cinco ou seis anos depois do meu pai vir de Angola e durante que tempos não ouvi falar de África (...) jamais uma palavra acerca da guerra, praticamente nem uma palavra acerca de nada” (ANTUNES, 2017, p. 225).

Para o miúdo, estar em Portugal é ser obrigado a “civilizar-se”, adquirir práticas e discursos que não são próprios de sua experiência. Moldar-se para não sucumbir: embranquecer, “perder o cheiro dos pretos” (ANTUNES, 2017, p. 43). O indivíduo, ao se deparar com o novo meio, assume uma máscara imposta, ou aquela mais adequada para tentar desenvolver o sentimento de pertencimento àquele contexto.

Para Kathryn Woodward (2000), a identidade é marcada pela diferença e pela necessidade de completude, levando o homem a uma busca constante pela sua identidade

completa, entretanto, nunca alcançada. Para a autora: “a discussão sobre identidades sugere a emergência de novas posições e de novas identidades, produzidas, por exemplo, em circunstâncias econômicas e sociais cambiantes” (p. 20). Sendo assim, a identidade é construída pelo tempo, a partir de processos inconscientes e de assimilações realizadas. O “nós” age a partir da interação de um “eu” e um “outro”. É do confronto entre as diferenças encontradas e da vontade de pertencer ligados a um grupo que vamos nos transformando.

Ao analisar o conceito de identidade a partir do contato, Katheryn Woodward recorre à história de Sérvios e Croatas, em um caso específico, porém, o que nos interessa é a questão do processo identitário como algo relacional, ou seja: A identidade [...] depende, para existir, de algo fora dela, a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, que difere da identidade (Croata), mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. E identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser sérvio é ser um “não croata”. A identidade é assim marcada pela diferença (WOODWARD, 2000, p. 9).

Na narrativa, vemos, um processo de aculturação para resistência, trata-se da tentativa de assumir uma nova identidade. Contudo, isso remonta a ideia de colonização, pois tornar-se parecido com o português é abrir mão da tradição, é incorporar uma nova cultura através de modos de ser e parecer, perder sua angolanidade e aproximar-se mais do modelo civilizado de seu colonizador, adotando deste discurso e reproduzindo-o, como lemos:

Porque os pretos são estúpidos não é, não entendem bem, não é, mais perto dos animais que da gente não é, iguaizinhos aos macacos não é, devíamos atirar-lhes amendoins e pronto não é, uma banana não é, um coco não é, todos os macacos gostam de cocos, lê-se nos livros (ANTUNES, 2017, p. 48).

Esta adoção de práticas socioculturais se dá pelo caráter maleável da identidade que se encontra sujeita a modificações, alterações e novos comportamentos. Entretanto, alguns fatores contrapõem o novo estilo de vida adotado. A diferença étnica existente, no caso do romance em análise, é um fator primordial. Apesar de a política colonial ter sido finalizada oficialmente, ainda encontram-se resquícios do discurso colonialista, como afirma Isabel Castro Henriques.

Para a autora (2013), “a visão negativa do africano, fortemente enraizada em Portugal durante séculos, através de ideias, de mitos, de imagens, de conceitos e

preconceitos, injectou marcas profundas na sociedade portuguesa” (p. 127). A condição subalterna do filho preto se torna um agravante e, ao longo da narrativa, cria um bloqueio entre o sujeito e a sua comunidade. Civilizar-se é se vestir, falar, agir como um português, porém, mesmo que o personagem reproduza elementos da cultura metropolitana, sempre será visto como o outro.

Esse caráter identitário híbrido o aproxima, mas também o afasta, dos demais membros comunitários, uma vez que a herança colonial é forte e a memória do período, para o *filho preto* e para os portugueses, sublinha fatores de diferenciação entre os sujeitos. O discurso de ódio e preconceito proferido pelo protagonista angolano, por exemplo, evidencia isso: “O que se espera de um preto?” (ANTUNES, 2017, p. 43).

Quando trabalhamos com o conceito de subalterno, recorremos à teoria de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), que problematiza o termo e define o grupo escolhido como sendo formado pelas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da impossibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p. 13-14). Essa impossibilidade encontrada pelos indivíduos inferiorizados de se inserir por completo dentro de um quadro político-social, apontada por Spivak (2010), ocorre principalmente por causa da presença de discursos que remontam um período historicamente vencido, mas que se encontra enraizado, em forma de preconceito do colonizador, no pensamento dos membros da comunidade subjugada.

Ao longo das páginas da obra antuniana, percebemos que a identidade do filho preto está fragilizada, pois, na mesma proporção em que se absorve o comunitário, a personagem não se enxerga como parte integrante do mecanismo português. O próprio inconsciente revela o constante fracasso da identificação. Embora tenha sido renomeado e fale como um português, o personagem jamais vai ser visto como um, jamais vai se sentir um, porque:

(...) submissos, inocentes, sem préstimo, compreendo que só os brancos podem queimar, matar, cortar orelhas e à gente cabe-nos o destino de sermos quimados, mortos, amputados e portanto para quê outra identidade, outra terra, outros pais se não saí de África, continuo em África, morrerei em África erguendo os cotos para os brancos (ANTUNES, 2017, p. 79).

A personagem de origem angolana cresce assombrada pelas lembranças de quem foi,

na mesma proporção em que absorve as influências do meio em que se encontra inserida. O filho preto cresce com uma dupla identidade, uma despertada pela lembrança turva do passado e outra que fora imposta pelo novo contexto em que estava inserido. Aqui uma adoção de práticas socioculturais se dá pelo caráter maleável da identidade que se encontra sujeita a modificações, alterações e novos comportamentos.

(...) e eu a aprender português, é verdade os grilos, oxalá não torne a esquecer-los, e a perder o luchaze, continuam umas palavras
- Mona
a vogarem sozinhas, sem peso, num esconderijo da cabeça dizendo-se a si mesmas, inventaram-me um ano de nascimento, um mês, um dia (...)
e março pronto, março, nasci em março em Lisboa (...). (ANTUNES, 2017, p. 77-78).

Entretanto, alguns fatores contrapõem nesse novo estilo de vida: a diferença étnica existente, no caso do romance em análise, além da condição de subalternidade, podem ser um agravante para a construção identitária ou até mesmo criar um bloqueio entre o sujeito e sua comunidade. Por meio de preconceitos e um desajuste do sujeito, o filho preto passa a buscar, na memória, lembranças de sua condição antes da presença do pai branco, o que logo desencadeia uma série de tragédias que ocorrem em sua vida e na de outros angolanos.

Com base na afirmativa anterior, por meio das lacunas que surgem de palavras soltas que remontam a dialetos antigos e são preenchidas pela personagem, a memória se configura como elemento basilar para a construção da identidade do sujeito. Atrelado a isso, temos a imposição cultural a um angolano em Portugal pós-1974 e os resquícios de uma mentalidade colonial que persiste.

Apesar de viver na Metrópole, o filho preto nunca se sente inserido nela. Fatores externos, num primeiro momento, dificultam essa inclusão. Mesmo adotando os elementos culturais portugueses, existem pequenos traços característicos que não o enquadram no plano social. Além disso, os fatores internos se afluam à medida que as memórias do indivíduo em análise começam a vir à tona. Temos então um jogo entre ser ou não ser, entre aceitar e rejeitar as lembranças cada vez menos turvas. É a consequência dessa escolha. Os preconceitos de cor resistem e são apresentados de maneira cruel e seca, causando, muitas vezes, certo desconforto naqueles que estão lendo a obra.

Um dos processos de construção identitária acontece com a conscientização e,

principalmente, com a posse do poder de fala. Mais do que possuir um nome, objeto de importância para a personagem, existe nela uma força produtora de signos e significados quando deixa de ser subalterna e passa a exercer um direito assistido, mas lhe fora roubado.

Frantz Fanon, no capítulo intitulado “O negro e a linguagem”, presente no livro *Peles negras, máscaras brancas* (2008), aponta a importância da fala para a aceitação de sentidos e para a reorganização do lugar do indivíduo no mundo. Falar é se posicionar, é dar voz para o processo de conscientização e construção da identidade. Falar é legitimar a identidade e se posicionar enquanto ser humano.

O processo de identidade do sujeito ocorre aqui quando ele passa a ter voz, não mais aquela aprendida em Portugal, mas sim a que vem de sua origem. Uma consciência da diferença, em um primeiro momento, é pouca para ele, pois lhe surge com lembranças turvas, mas que passam a tornar-se mais constantes e legitimadoras da postura a ser adotada pelo indivíduo, ao recuperar esse passado e se enxergar enquanto sujeito com condições outrora coloniais, estabelece uma fronteira simbólica, explicada por Hall (2000): “ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’” (p. 206). Em outras palavras, para completar esse processo, ela requer aquilo que é deixado de fora, o externo que a constitui: o outro.

Construída pelo tempo, a partir de processos inconscientes e de assimilações realizadas, a identidade é um “nós” agindo a partir da interação de um “eu” e um “outro”. É do confronto entre as diferenças encontradas e da vontade de pertencer ligados a um grupo que vamos nos transformando. A presença de outros costumes dentro de um meio específico, pode alterar significativamente a forma de o indivíduo ver e entender o mundo. Não estamos sozinhos. Somos seres que convergem e divergem, se opõem e se atraem.

O homem, enquanto ser participante de algo maior que ele próprio, encontra-se em relações constantes com o outro, vivendo e experienciando formas e possibilidades novas. Não existe um “eu” sem um “outro”, um indivíduo sem um grupo. A relação é de causa e efeito. Uma vez que escolho dialogar com alguém, estou me abrindo para a aceitação de práticas e valores que ultrapassam, algumas vezes, minhas noções de realidade e de crença.

Todavia, embora o filho preto consiga falar no sentido literal, quando avançamos para o caráter dialógico, percebemos nele uma ausência do poder de fala. *Kamona*. Uma consciência da diferença, em um primeiro momento, externada, via racismo, nas assimetrias fisiológicas: o corpo, o formato do rosto etc., seguida da expressão de memórias turvas,

antigos dialetos e de cenas esparsas de uma mulher que parece com a mãe da personagem que pode ser ela, ou que é apenas fruto de sua imaginação.

[...] recordo-me de uma mulher que falava comigo
– Kamona
Uma outra mulher de que não distingo as feições para a mulher que falava comigo
- Euá
Descalças, com panos na cintura, troncos ao léu e os dentes serrados, recordo-me de um rio e de criaturas junto ao rio, sem nariz, sem dedos, a lavarem-se com os cotos das mãos, recordo-me de galinhas minúsculas, de homens a fumarem cachimbos de cabaça, do meu pai vestido de verde a agarrar-me, protegendo-me de outros sujeitos vestidos de verde (ANTUNES, 2017, p. 35).

A citação acima exemplifica a afirmativa anterior, pois no primeiro facho de memória temos duas figuras, uma feminina e desconhecida, que posteriormente ele identifica como sua mãe, e uma presente e conhecida, a do pai branco, por quem foi adotado.

A imagem da mulher deitada, misturada com antigos dialetos, e a imagem de uma Angola ainda em guerra colonial figuram na mente da personagem. Entretanto, a identidade da mulher permanece desconhecida, assim como a das pessoas a se lavarem com os cotos das mãos e a dos homens a fumarem cachimbos de cabaça. Contudo, o único a ser identificado é o pai branco, vestido de verde.

A cena descrita surge junto com os primeiros cacos de memória, neles as cenas são turvas e cortadas brutalmente, sem muita profundidade. A violência e a brutalidade da Guerra Colonial fragmentam a memória do filho preto. De acordo com Norberto do Vale Cardoso (2011, 202), nos romances e narrativas que testemunham o trauma da guerra, ela aparece então “representada através de: frases longas, ininterruptas, fluidas e, ao mesmo tempo, elipses, omissões; discursos múltiplos (...)”, ou seja, estratégias narrativas onde “vemos que os estilhaços da vida se reflectem na escrita” (CARDOSO, 2011, p. 201).

O *filho preto* tenta sempre reorganizar os fragmentos de sua memória em uma narrativa coerente, capaz de explicar suas origens. As imagens do terror e do assassinato de sua família em Angola ressurgem e misturam-se com o presente, transmitindo uma atmosfera de dúvida, que reflete a angústia do personagem em tentar entender sua própria

identidade.

e quem me responde a isto, qual das duas a minha mãe de facto, eu para a minha irmã

- Tens a certeza que és minha irmã tu?

e a minha irmã a subir os olhos de um canteiro, muda, se a minha irmã és tu por que razão não te pareces comigo visto que Sua Excelência afirma que os pretos se parecem todos uns com os outros, se não se parecessem eram brancos e eu não branco (...) diz-me quem é a minha mãe, quem é o meu pai, o alferes ou aquele que estava com a mulher em África e quem sou eu já agora, tudo tão complicado, tão estranho (...). (ANTUNES, 2017, p. 125).

Para explicar sobre a lembrança, nos debruçamos em Joël Candau (2018), que, em seu livro intitulado *Memória e identidade* (2018), teoriza sobre a memória enquanto um pilar base para a construção da identificação. O autor vai dizer:

A memória [...] é essencialmente uma memória de recordação, de reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.) (CANDAU, 2018, p. 23).

Essa memória de recordação e reconhecimento surge, nas palavras de Candau, como uma invocação involuntária. Seria necessário um dispositivo para que as lembranças no inconsciente da personagem fossem despertadas, um cheiro, uma foto, uma situação capaz de trazer à tona a memória recalçada. Ao acessá-lo, o indivíduo passava a adquirir maior autonomia e conhecimento sobre si mesmo. Na sequência, Candau (2018) afirma:

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança da sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si mesmo (p. 59-60).

No caso do filho preto, em Lobo Antunes, o gatilho de acesso ao inconsciente se dá por antigos dialetos que vêm na mente da personagem, palavras soltas que vão criando conexões fracas com situações vivenciadas: “outra identidade, outra terra, outros pais” (p.

79). As denominações associadas pelo filho preto constituem uma primeira tentativa do inconsciente de reconhecimento do sujeito enquanto angolano. Indo mais a fundo na questão que envolve o nome e a sua memória enquanto primeiro fator de identificação, Candau (2018) continua:

Todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios. Apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma pessoa é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer é reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade (p. 68).

A nomenclatura, a memória e a identidade encontram-se ligadas. O nome está relacionado à identificação primária e diz muito sobre nossas origens. Mesmo que entre em contato com outros fatores que o formem e transformem ao longo da caminhada do sujeito, ter um nome é pertencer a algo, é ter um norte. Na obra antuniana, o *filho preto* segue inominado, logo, sem o elemento basilar de sua identidade. Contudo, o mais próximo que a personagem chega nesse processo acontece com as primeiras lembranças dialéticas, com as denominações que são relacionadas a ele – Miúdo Malassa, Miúdo Machai, Martelo Chibango –, e é a partir delas que ele passa a buscar suas origens.

De acordo com Pollak (1989, p. 13), “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”. A busca por suas origens leva o *filho preto* a viver constantemente assombrado pelos fantasmas da violência e do passado colonial. Os fragmentos de vozes e memórias que consegue recordar de sua infância lhe trazem sempre a certeza de que ele é o “outro”, um sujeito que vive no entre-lugar da sociedade portuguesa.

A tensão e a ambiguidade entre pai e filho, colonizador e colonizado, encontra seu fim no desfecho trágico da narrativa, quando o *filho preto* assassina o pai. A relação entre África e Portugal acaba de forma violenta, assim como começara cinco séculos antes.

Em *Até que as pedras se tornem mais leves que a água*, Lobo Antunes nos lembra que o passado colonial ainda não está encerrado e habita, mesmo que de forma espectral, a consciência do Portugal contemporâneo através de figuras como o *filho preto*, que representa todos os exilados pela brutalidade da Guerra e do colonialismo europeu.

Referências

- ANGELINI, Paulo Ricardo Kralik. Em nome do pai: ventriloquismo e subalternidade em *Até que as pedras se tornem mais leves que água*, de António Lobo Antunes. **Veredas**: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas, n. 29, p. 95-112, jan./jun. 2018.
- ANTUNES, António Lobo. **Até que as pedras se tornem mais leves que a água**. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2017.
- ARNAUT, Ana Paula. **António Lobo Antunes**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.
- ARNAUT, Ana Paula. A escrita insatisfeita e inquieta(nte) de António Lobo Antunes. In: CAMMAERT, Felipe. **António Lobo Antunes**. A arte do romance. Lisboa: Texto Editores, 2011, p. 71-88
- CAMMAERT, Felipe. **António Lobo Antunes**. **A arte do romance**. Lisboa: Texto Editores, 2011, p. 71-88.
- CARDOSO, Norberto do Vale. **A Mão-de-Judas**: representações da Guerra Colonial em António Lobo Antunes. Lisboa: Texto Editores, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A,
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Orgs.). **Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo**. Porto: Campo das Letras, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Póscolonialismo e Identidade, in Ramalho, Maria Irene, Ribeiro, António Sousa (orgs.), **Entre Ser e Estar**: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade, Porto: Edições Afrontamento, pp. 23-85.
- SILVA, Tomaz. Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Katherine. (2004). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Editora Vozes: Petrópolis
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WARROT, Catarina Vaz. **Chaves de escrita e chaves de leitura nos romances de António Lobo Antunes**. Lisboa: Texto Editores, 2013.

P. G. S. Pacheco; L. v. P. Rommel O lembrar e o esquecer: memória e identidade em
Até que as pedras se tornem mais leves que a água,
de Lobo Antunes

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In:
Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Org. SILVA, Tomaz Tadeu
da. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

Artigo recebido em: 29.04.2021

Artigo aceito para publicar em: 13.07.2021